Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 1 Contexto operacional

A Cia de Ferro Ligas da Bahia S.A. ("Ferbasa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pojuca-BA, e está registrada na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F BOVESPA). Sua controladora é a Fundação José Carvalho, cujo foco é atender a crianças, adolescentes e jovens carentes em municípios do nordeste brasileiro.

A Companhia iniciou suas atividades em 23 de fevereiro de 1961 e tem por objetivo a fabricação e comercialização de ferroligas, ferrocromo e ferrosilício; a exploração de jazidas de minérios de cromo e cal para consumo próprio e a elaboração, execução e administração de projetos de reflorestamento para a produção de biorredutor para uso próprio.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2015.

# 2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos de proteção cambial) e ativos biológicos que são mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), com observância às disposições contidas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas atendem também as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). As demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégica da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

# 3 Moeda funcional e conversão em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas é o real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, e mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

## 4 Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

# (a) Ativos biológicos

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos leva em consideração diversas premissas com certo grau de julgamento, tais como preço estimado de venda, quantidade cúbica de madeira e incremento médio anual por horto florestal e taxa de risco do negócio. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, consequentemente, na valorização ou desvalorização desses ativos.

# (b) Vida útil do imobilizado

A vida útil do imobilizado é revisada anualmente com base no histórico de ativos similares e projeções de fornecedores, cuja análise, efetuada em 31 de dezembro de 2014, não indicou a necessidade de mudança em relação ao praticado em 2013.

#### (c) Provisão para causas judiciais e créditos fiscais

A Companhia provisiona os valores relacionados às causas judiciais em que suas chances de perda, de acordo com a avaliação da Administração e considerando a posição atual dos tribunais e suporte de seus assessores internos e externos, sejam prováveis em última instância. A Administração da Companhia acredita que suas avaliações, são apropriadas e razoáveis, embora possa diferir dos resultados efetivos, quando apurados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (d) Provisão para fechamento de minas

A Companhia considera as estimativas dos custos de encerramento das minas como uma prática contábil crítica por envolver valores relevantes de provisão, bem como de se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, tais como taxa de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de sua exaustão e as datas projetadas de exaustão. Apesar das estimativas serem revistas anualmente, essa provisão requer que sejam assumidas premissas para projetar os fluxos de caixa aplicáveis às operações.

#### (e) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso de informações obtidas juntos aos gestores de fundos ou instituições financeiras com as quais a companhia mantém os instrumentos financeiros. Os valores justos reconhecidos nas demonstrações financeiras podem não representar sumariamente o montante de caixa que a companhia receberia ou pagaria no momento da liquidação das operações.

(f) Provisão para obsolescência de estoques

A Companhia mantém provisão para obsolescência relacionada aos itens sem rotatividade há mais de 12 meses onde não há previsão de utilização nos próximos meses. Outros critérios ou estudos mais detalhados podem resultar em valores diferentes daqueles apresentados nas demonstrações financeiras.

#### (g) Recuperação de créditos fiscais

A projeção de realização do saldo está sujeita a não se concretizar caso as estimativas e incertezas utilizadas em sua elaboração na preparação das referidas demonstrações financeiras sejam divergentes quando sua efetiva realização.

#### 5 Instrumentos Financeiros

A Companhia e suas controladas classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

#### (a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Empréstimos e recebíveis

Os ativos classificados como empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

#### (c) Ativos mantidos até o vencimento

São adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento, sendo reconhecido inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, tendo os rendimentos alocados ao resultado. Os ativos mantidos até o vencimento da Companhia compreendem aplicações financeiras vinculadas a cartas fianças emitidas para garantir um processo judicial e um contrato de energia (Nota 10).

#### (d) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos classificados como empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo e subsequentemente pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

#### (e) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao devedor uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira; e
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia não identificou impairment de ativos financeiros.

#### (f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são representados por fornecedores, financiamentos e derivativos classificados como instrumento de proteção cambial.

Passivos financeiros são reconhecidos a valor justo e, no caso de financiamentos e fornecedores, são acrescidos dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos de hedge não designados para hedge *accounting* são reconhecidos pelo valor justo na data em que os contratos são celebrados e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo desses instrumentos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado e classificados como "Receita de vendas" seguindo a natureza do item que está sendo protegido do *hedge* (preço de *commodities* em dólar).

#### 6 Principais práticas contábeis

# (a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

#### (b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal de suas atividades. Os prazos de recebimentos são no máximo 60 dias e não há inadimplência material. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas inicialmente pelo valor justo e subsequente pelo custo amortizado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

#### (d) Consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela companhia.

# (e) Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantios renováveis e que são destinados para produção de carvão vegetal (matéria-prima utilizada na produção de ferro-ligas). O processo de colheita e rebrota ou replantio tem um ciclo aproximado de 6 a 7 anos. Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. A variação do valor justo dos ativos biológicos é registrada no resultado do exercício. Sua exaustão é calculada com base no corte das florestas, e também registrada no resultado.

# (f) Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada. A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação). A exaustão das minas é calculada pela taxa correspondente à relação entre a quantidade de minério exaurido e a reserva lavrável estimada.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras (despesas) receitas operacionais - líquidas".

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imobilizações em andamento para fins de fornecimento de produtos ou serviços são registradas ao valor de custo. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da sua vida útil restante do ativo relacionado.

## (g) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Nos exercícios findos em 2013 e 2014 não foi identificado *impairment* para ativos não financeiros.

# (h) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes por serem devidas em até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### (i) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida com base na legislação societária brasileira e no estatuto social da Companhia. No encerramento do balanço, o valor do dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo circulante na conta "dividendos e juros sobre capital próprio" por ser considerado como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. A parcela dos dividendos que exceder ao mínimo obrigatório é apresentada na rubrica "dividendo adicional proposto", no grupo "reservas de lucros" no patrimônio líquido. Uma vez aprovada pela assembleia geral, essa parcela é transferida para o passivo circulante. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

#### (j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente pela Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício, considerando os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas, com base em projeções elaboradas e fundamentadas por premissas internas. Impostos diferidos passiveis são integralmente reconhecidos periodicamente, os valores contabilizados e as projeções são revisados.

#### (k) Provisões

As provisões para fechamento da mina e para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A provisão para recuperação ambiental compreende os gastos representativos de fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo, sendo amortizado pelo período de sua vida útil.

## (l) Benefícios a empregados

Para o plano de contribuição definida a Companhia paga contribuições a plano de pensão de administração privada em bases contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

A obrigação da Companhia em relação a benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. A Companhia oferece benefício pós-aposentadoria a empregados por tempo de serviço prestado. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, estimando quantos empregados irão atingir este direito e trazendo a valor presente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (m) Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Quando a Companhia compra suas ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

#### (n) Reconhecimento e receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos arrendamentos entre empresas controladas. Também são reconhecidas na linha de receita de vendas o resultado do hedge (Nota 22) e incentivo fiscal do Desenvolve (Nota 28). Sobre estes resultados não incide PIS e COFINS.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando a Companhia transfere ao comprador os riscos e benefícios relacionados à propriedade dos produtos, ou seja, quando da efetiva entrega dos produtos.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização provável. Representam juros e variações monetárias e cambiais de aplicações financeiras, contas a receber, variação monetária e sobre provisões e juros sobre financiamentos, conforme demonstrado na Nota 31.

## 7 Normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

Não há novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC com vigência em 2014 que tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Algumas novas normas e alterações de normas e interpretações com validade para períodos anuais que entrarão em vigor após o exercício de 2014. A Administração da Companhia não espera que essas novas normas e alterações de normas e interpretações produzam efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras consolidadas, exceto pelos seguintes assuntos:

## (i) IFRS 9: Instrumentos Financeiros

Publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios a partir de 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (ii) IFRS 15: Receita de Contratos com Clientes

A IFRS 15 exige reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

#### (iii) Alterações aos IAS 16 e IAS 41: Agricultura Plantas Produtivas

Estas alterações exigem que plantas produtivas, definidas como uma planta viva suprimento de produtos agrícolas por mais de um período, devam ser contabilizadas como imobilizado e incluídas no âmbito da IAS 16 Imobilizado, em vez da IAS 41 Agricultura. As alterações são efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.

#### (iv) Outras

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- IFRS 14 Contas Regulatórias de Diferimento
- Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto (alteração do IFRS 11)
- Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização (alterações da IAS 16 e IAS 38)
- Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados (alteração da IAS 19)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2012
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

#### 8 Gerenciamento de riscos

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: (i) risco cambial, (ii) risco de taxa de juros, (iii) risco de crédito, (iv) risco de liquidez e (v) risco de preço de *commodities*.

A gestão de risco é realizada segundo a Política de Gestão de Riscos Financeiros, aprovada pelo Conselho de Administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (i) Risco cambial

Além da Companhia efetuar transações em moeda estrangeira, (exportações de ferroligas e importações de coque reativo), as vendas no mercado interno possuem precificação atrelada ao mercado global de *commodities* convertido no momento da venda pelo US dólar do mês anterior. Como mais de 90% dos custos operacionais são em moeda local, este descasamento pode afetar a rentabilidade e a distribuição de dividendos da Companhia.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia prevê um programa contínuo de *hedge* de doze meses para o risco cambial proveniente de parte de seu faturamento tanto no mercado externo quanto no mercado doméstico.

Para fins de análise de sensibilidade requerida pela CVM, a Companhia adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa de câmbio de 2015. Para o contas a receber a Companhia adotou como cenário II (possível) uma valorização do real em 25% frente ao dólar e o cenário III (remoto) uma valorização de 50% do real sobre a moeda estrangeira. No caso de venda a termo de moeda estrangeira ("NDF") a Companhia adotou como cenário II (possível) uma desvalorização do real em 25% frente ao dólar e no cenário III (remoto) 50% do real sobre a moeda estrangeira.

		2014		Cenário I		Cenário II		Cenário III
				Ganho/ (perda) -		Ganho/ (perda) -		Ganho/ (perda) -
	US\$	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$
Comton o moselhom	1 006	0.504	0.00	400	0.40	(=0()	4.40	(* ((*)
Contas a receber	1.326	3.521	2,80	192	2,10	(736)	1,40	(1.665)
Termo de moeda (venda)	59.187	161.483	2,80	(4.241)	3,50	(45.672)	4,20	(87.102)

A administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente às operações da companhia, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o período.

#### (ii) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. Como parte substancial das obrigações da Companhia é indexada a índices inflacionários pós-fixados (IPC-A ou IGP-M), as aplicações financeiras são mantidas indexadas ao CDI (taxa pós fixada com influência de expectativa inflacionária).

Para efeito de análise de sensibilidade requerida pela CVM, e utilizando o saldo aplicado em 31 de dezembro de 2014, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2015. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

	Taxa fechamento 2014 - a.a.	Cenário I provável	Cenário II redução 25%	Cenário III redução 50%
Taxa básica de juros - SELIC - % Aplicações financeiras Efeito líquido no resultado	11,75 206.663	12,75 233.310 26.647	9,56 226.648 19.985	6,38 219.986 13.323

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## (iii) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia monitora rigorosamente as contas a receber de clientes e não apresenta histórico material de perdas.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplica em títulos com no mínimo "grau de investimento". A alocação por instituição financeira também é e limitada a 30% da carteira total de forma a não centralizar o caixa em menos do que três bancos.

#### (iv) Risco de liquidez

A Companhia possui concentração de faturamento em alguns poucos clientes, como Aperam Inox, Gerdau e Marubeni Corporation, como segue:

#### Mercado interno:

Aperam Inox	43%
Gerdau	7%

## Mercado externo:

Marubeni 11%

Eventuais reduções na demanda destes clientes causará impactos nas decisões de investimentos da Companhia.

Através de uma postura conservadora a Companhia possui política para alavancagem máxima e disponibilidade para liquidez imediata. Aplicações com liquidez imediata são mantidas para no mínimo 10% da receita líquida dos últimos 12 meses adicionando ou excluindo a projeção de caixa líquido dos próximos 12 meses.

## (v) Risco de preço do commodities

Refere-se à exposição às variações dos preços dos produtos finais (ligas), podendo alterar significativamente as margens operacionais da Companhia. A Administração entende fazer parte da natureza do seu negócio a exposição a este risco e não há no momento a contratação de instrumento financeiro ou outro mecanismo de mitigação deste risco.

#### (vi) Outros fatores de risco senão financeiros

Riscos regulatórios e ambientais: a Companhia esta sujeita às leis e regulamentos pertinentes as atividades que opera. A Companhia estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam mitigar este risco. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Riscos climáticos: as atividades operacionais da Companhia estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza. A Companhia possui processos que visam mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares na área de plantio.

Risco de valor justo dos ativos biológicos: embora o ativo biológico seja plantado para consumo próprio (carvoejamento), a Companhia está sujeita a impactos no lucro líquido e, consequentemente na distribuição de dividendos, em função de alterações nas premissas de cálculo do valor justo dos ativos biológicos: preços de mercado, produtividade das florestas, taxas de desconto, etc. As premissas são revisadas anualmente para antever possíveis impactos.

Risco de manutenção de incentivos fiscais: a Companhia possui incentivo fiscal de imposto de renda por estar situada em área de atuação da SUDENE. No caso do ICMS há um benefício denominado Desenvolve que dilata os prazos para pagamento de 90% do imposto em até 72 meses, com desconto de 90% da parcela dilatada caso o pagamento venha a ocorrer até o 20º dia do mês da antecipação. Caso estes incentivos sejam julgamos inconstitucionais ou mesmo não renovados, os resultados da Companhia serão impactados negativamente.

Risco de energia elétrica: por ser eletrointensiva a Companhia depende de energia a preços compatíveis com os seus concorrentes no Brasil e no exterior. O atual contrato com a CHESF vence em 30 de junho de 2015 e a sua renovação depende de autorização do Poder Executivo. Caso a Companhia não venha a renovar este contrato ou encontre uma solução similar junto à estatal, pode haver impacto na sua rentabilidade ou até mesmo redução de sua capacidade produtiva.

#### 9 Caixa e equivalentes de caixa

		Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos Aplicações financeiras:	3.908	794	4.080	1.028
Lastreadas em debêntures (i)				8.732
CDB (ii)	118	107	118	107
Fundos de investimentos (iii)	37.082	87.573	50.482	106.625
	41.108	88.474	54.680	116.492

- (i) Operações compromissadas em debêntures com juros médios de 112% do CDI (Certificado Depósito Interbancário), lastreadas pelo próprio banco (responsável pela recompra do título) e resgatáveis em até 90 dias.
- (ii) Operações em CDB (Certificado e Depósito Bancário), cuja remuneração média é de 95% do CDI.
- (iii) Operações em títulos através de fundos de investimentos, cujo resgate pode ocorrer em D+1 (um dia após solicitação de resgate). Os juros médios são entre 98% e 106% do CDI.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 10 Aplicações financeiras

		Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Fundos de investimentos (i) CDB - ativo não circulante (ii)	156.141 12.191	97.619 	193.653 12.191	115.551 738
	168.332	98.357	205.844	116.289

- (i) Operações em títulos, cujos vencimentos superam 90 dias e remuneração média é entre 98% e 106% do CDI. Embora a Companhia e suas controladas selecionem títulos com liquidez em mercado secundário, a incerteza quanto às condições de mercado e preços num evento de liquidez, sugere que estas aplicações não sejam consideradas equivalentes de caixa.
- (ii) Aplicações financeiras vinculadas a cartas fianças emitidas para um processo judicial de ICMS e outra para um fornecedor de energia. A taxa de remuneração das aplicações é de 103% do CDI.

#### 11 Contas a receber de clientes

		Controladora e Consolidado
	2014	2013
Mercado interno Mercado externo	100.245 3.521	151.389 11.958
	103.766	163.347

As contas a receber de mercado externo são em U.S. dólar, as quais são convertidas para reais na data da elaboração das demonstrações financeiras.

Devido ao curto prazo de vencimento do contas a receber (média 45 dias), a Companhia em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

Controlodoro o

Abaixo demonstramos o contas a receber por idade de vencimento:

		Consolidado
	2014	2013
A vencer Vencidas de 0-30 dias Vencidas de 31-60 dias Vencidas há mais de 60 dias	100.609 2.891 78 188	149.635 9.065 4.015 632
	103.766	163.347

Embora o contas a receber de clientes possui saldos vencidos, a Companhia não constituiu uma provisão para crédito de liquidação duvidosa, já que não houve mudança na qualidade dos créditos e são consideradas como recuperáveis.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 12 Estoques

Listoques		Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Circulante				
Produtos acabados (i)	173.857	69.590	173.857	69.590
Matérias-primas	57.775	51.219	57.828	51.272
Minério de cromo	26.195	40.197	26.195	40.197
Materiais para manutenção (ii)	36.770	37.335	36.826	37.383
Outros	4.972	13.127	4.973	13.128
	299.569	211.468	299.679	211.570
Não circulante				
Materiais para manutenção (ii)	24.587	19.209	24.587	19.209
(-) Provisão para obsolescência (iii)	(11.218)	(8.445)	(11.218)	(8.445)
	13.369	10.764	13.369	10.764
Total dos estoques	312.938	222.232	313.048	222.334

- (i) Considerando que o contrato de energia vigente com a CHESF se encerra em 30 de junho de 2015, a Companhia está produzindo na sua capacidade instalada e sendo bastante seletiva em suas vendas. Com estas medidas já acumulou, até 31 de dezembro de 2014, 66 mil toneladas de ferroligas, sendo este total representado por 45 mil toneladas de ferrocromo e 21 mil toneladas de ferrosilício. Em comparação ao volume vendido nos últimos doze meses este estoque representa aproximadamente 110 dias de vendas. O planejamento da Companhia é encerrar 30 de junho de 2015 com 105 mil toneladas estocadas.
- (ii) Os estoques de materiais de manutenção são classificados no ativo circulante ou no não circulante, considerando o histórico do consumo.
- (iii) A Companhia mantém provisão para obsolescência relacionada aos itens com baixo giro há mais de 12 meses onde não há previsão de utilização nos próximos períodos.

#### 13 Tributos a recuperar

		Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Circulante				
PIS e COFINS a recuperar	17.955	11.978	17.959	12.001
IRPJ/CSLL	5.108	1.560	5.680	2.346
ICMS a recuperar	12	1.417	14	1.443
Outros	412	454	412	487
	23.487	15.409	24.065	16.277
Não circulante				
ICMS a recuperar	9.979	6.845	9.979	6.917
PIS e COFINS a recuperar			323	1.120
Outros	65		65	124
	10.044	6.845	10.367	8.161
	33.531	22.254	34.432	24.438

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em dezembro de 2014 a Companhia efetuou o registro de créditos fiscais de PIS e COFINS no montante de R\$ 16.845 e ICMS CIAP noutros R\$ 4.538.

Os créditos foram apurados com suporte de consultoria especializada, sobre itens relacionados ao ativo imobilizado adquirido nos últimos 5 anos, identificando registros fiscais que foram tratados como uso e consumo (sem direito a crédito) por transitar por almoxarifados antes de serem requisitados nas obras. Também foram apurados créditos fiscais considerando o momento da aquisição ou o seu creditamento em 24 parcelas ao invés de manter a recuperação fiscal pela depreciação (10 a 25 anos).

A contrapartida destes créditos foi registrada como redução do valor residual do custo incorrido de bens do ativo imobilizado (Nota 17) no valor de R\$ 19.205, bem como R\$ 2.178 de recuperação de créditos fiscais do resultado do exercício. No entendimento da Administração, essa reclassificação consiste em mudança de estimativa contábil considerando as informações apuradas no exercício de 2014.

No âmbito federal, a Companhia espera compensar os créditos com impostos da mesma natureza e/ou com outros impostos federais, ainda no ano calendário de 2015. No âmbito estadual espera-se compensar os créditos a partir de 2015.

#### 14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

# (a) Conciliação da alíquota efetiva:

Concinação da anquota cictiva.		2014		2013
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro antes do IRPJ e CSLL	100.995	103.353	92.030	93.137
Alíquota combinada do IRPJ e CSLL - %	34	34	34	34
do IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação Ajustes ao lucro líquido tributável:	(34.338)	(35.140)	(31.290)	(31.667)
Resultado de equivalência patrimonial	1.273	(450)	887	
Doações Juros sobre o capital próprio	(452) 6.800	(452) 6.800	4.706	4.706
Outros	2,300	2.303	(3.990)	(3.589)
Incentivo fiscal (SUDENE)	14.831	14.831	11.140	11.140
	(9.586)	(11.658)	(18.547)	(19.410)
Resultado do IRPJ e CSLL				
Incentivo fiscal (SUDENE)	14.831	14.831	11.140	11.140
Corrente	(30.453)	(32.525)	(25.751)	(26.611)
Diferido	6.036	6.036	(3.936)	(3.939)
Despesa de IRPJ e CSLL	(9.586)	(11.658)	(18.547)	(19.410)

A Companhia possui incentivos fiscais por estar instalada na área de atuação da SUDENE, sendo 75% de redução sobre o imposto de renda da fabricação de ferro ligas pelo prazo de 10 anos a partir de 2006, além de outros 75% sobre a extração e beneficiamento de minério de cromo, pelo prazo de 10 anos a partir de 2008.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2014, foram transferidos para a reserva de lucros (incentivo fiscal) no encerramento do exercício, R\$ 14.831 referente SUDENE, além da parcela da realização dos depósitos para reinvestimento já liberados.

# (b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Controladora			Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Provisão para causas judiciais	23.158	20.611	23.158	20.611
Provisão para perda nos estoques	11.218	8.445	11.218	8.445
Provisão para participação nos lucros	13.010	11.563	13.010	11.563
Provisão para passivo ambiental	8.729	7.941	8.729	7.941
Obrigações trabalhistas (benefícios)	5.807		5.807	
Outras provisões temporárias	13.553	11.964	13.553	11.964
Total base de cálculo	75.475	60.524	75-475	60.524
IRPJ diferido à alíquota de 25%	17.442	13.767	17.442	13.767
CSLL diferida à alíquota de 9%	6.793	5.447	6.793	5.447
IR/CS diferido ativo	24.235	19.214	24.235	19.214
		Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Adoção CPC - custo atribuído - terrenos Adoção CPC - ativos biológicos Depreciação acelerada	58.810 42.103 6.494	58.810 51.581	63.385 42.103 6.494	63.385 51.581
Total base de cálculo	107.407	110.391	111.982	114.966
IRPJ diferido à alíquota de 25% CSLL diferida à alíquota de 9%	26.852 9.666	27.598 9.93 <u>5</u>	27.996 10.077	28.741 10.347
IR/CS diferido passivo	36.518	37.533	38.073	39.088
IR/CS diferido passivo, líquido do ativo	(12.283)	(18.319)	(13.838)	(19.874)

A administração, com base em análise individual das provisões, estima que os créditos fiscais, provenientes das diferenças temporárias sejam realizados nos seguintes anos calendário:

		Controladora		Consolidado	
		IRPJ/CSLL - diferido		IRPJ/CSLL - diferido	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
2015	9.980	552	9.980	552	
2016	153	552	153	552	
2017	153	552	153	552	
2018	153	552	153	552	
2019	153		153		
2020 em diante	13.643	34.310	13.643	35.865	
	24.235	36.518	24.235	38.073	

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 15 Depósitos judiciais

		Controladora	Consolidado		
	2014	2013	2014	2013	
Trabalhistas Fiscais	1.692 1.296	1.830 1.360	1.701 1.38 <u>3</u>	1.869 1.448	
	2.988	3.190	3.084	3.317	

Refere-se a depósitos associados a processos fiscais, trabalhistas e questionamentos quanto à legalidade e constitucionalidade de determinados tributos, com probabilidade de perda remota ou possível.

#### 16 Investimentos

Objetivando transferir os benefícios de jazidas, terras e outros bens de propriedade de empresas controladas, a Companhia optou por arrendar estes ativos de forma a manter todos os custos e despesas de responsabilidade da Companhia. Com esta configuração não incidem ineficiências tributárias e operacionais sobre transações intragrupo enquanto ao mesmo tempo não é preciso reorganizar a estrutura societária ou solicita transferências aos órgãos reguladores (INCRA, DNPM, etc.). A seguir, breve comentário sobre as controladas:

A Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. ("Silbasa") é uma empresa de capital fechado, localizada em Pojuca-Ba, fruto de parceria tecnológica com a Marubeni Corporation, empresa Japonesa, cujo objeto é a comercialização de ligas de ferro silício de alta pureza e a Japan Metals & Chems - JMC. Desde janeiro de 2004 arrendou suas instalações industriais à Companhia, cujo contrato de arrendamento é renovado anualmente.

A Mineração Vale do Jacurici S.A. ("Jacurici") é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a pesquisa e lavra das jazidas de minério de cromo. Desde novembro de 1997, arrendou por prazo indeterminado seu grupamento mineiro, dando o direito de exploração econômica de 15 minas de cromo, à Companhia, bem como, de utilização das instalações, edificações, imóveis, engenhos, máquinas e veículos destinados à lavra.

A Reflorestadora e Agrícola S.A. ("Reflora") tem por objetivo a elaboração e/ou execução de projetos de reflorestamento, bem como a produção de carvão vegetal. Desde novembro de 1997 a Reflora encontra-se arrendada à Companhia por prazo indeterminado.

A Indústria de Minérios Damacal Ltda. ("Damacal"), tem como objeto social o aproveitamento e exploração de jazidas de calcário para produção de cal. Desde novembro de 1997 a Damacal encontra-se arrendada à Companhia por prazo indeterminado.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

	Participação - %	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou (Prejuízo)	Participação da Companhia no PL das controladas	Participação da Companhia no resultado das controladas (equivalência patrimonial)
31 de dezembro de 2013									
Silbasa	51,26	8.778	145	8.633	1.229	(725)	504	4.425	258
Jacurici	100	42.991	1.407	41.584	3.379	(945)	2.434	41.584	2.434
Reflora	99,96	3.008		3.008	191	(338)	(147)	3.007	(145)
Damacal	100	2.025	268	1.757	106	(44)	62	1.754	62
								50.770	2.609
31 de dezembro de 2014									
Silbasa	51,26	9.249	28	9.221	1.429	(842)	587	4.655	301
Jacurici	100	46.213	3.039	43.174	6.346	(2.901)	3.445	43.174	3.445
Reflora	99,96	2.921	4	2.917	249	(340)	(91)	2.917	(90)
Damacal	100	2.122	277	1.845	161	(72)	89	1.843	89
								52.589	3.745

A movimentação dos investimentos é como segue:

	Silbasa	Jacurici	Reflora	Damacal	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.229	40.425	3.152	1.692	49.498
Dividendos Equivalência patrimonial	(62) 258	(1.275) 2.434	(145)	62	(1.337) 2.609
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.425	41.584	3.007	1.754	50.770
Dividendos Equivalência patrimonial	(71) 301	(1.855) 3.445	(90)	89	(1.926) 3.745
Saldos em 31 de dezembro de 2014	4.655	43.174	2.917	1.843	52.589

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

# 17 Imobilizado

	Controladora		Consolidad	
	2014	2013	2014	2013
Terras para plantio (i)	115,419	107.743	115.571	107.895
Terrenos	5.861	5.861	11.030	11.030
Edificações	74.794	67.915	75.983	69.264
Máquinas e equipamentos (ii)	220.312	179.787	220.550	180.044
Veículos e tratores (iii)	17.919	20.418	17.919	20.418
Móveis e utensílios	3.781	2.551	3.781	2.551
Informática	2.370	1.537	2.385	1.556
Minas (iv)	36.519	34.314	36.519	34.314
Provisão fechamento das minas (v)	5.507	6.131	5.507	6.131
Em andamento e outros (vi)	76.624	113.379	78.089	114.792
	559.106	539.636	567.334	<u>547.995</u>

- (i) Desde a década de 70 a Companhia iniciou seus investimentos em terras para o plantio de eucalipto para a produção de carvão vegetal, utilizado como redutor na transformação de minérios para a fabricação de em ligas de ferro. As terras estão localizadas em municípios do litoral norte da Bahia e em municípios no interior da Bahia próximos à Pojuca (Mata de São João, Entre Rios, Araçás, Cardeal da Silva, Esplanada, Conde, Alagoinhas, Maracás, Planaltino e Aramari). A área total da Companhia é 64.070 hectares, sendo utilizados entorno de 45% para efetivo plantio. As áreas remanescentes são destinadas a reserva legal, a preservação permanente, a reserva florestal, a infraestrutura, como estradas e aceiros.
- (ii) Máquinas e equipamentos necessários ao processo operacional e instalados principalmente no parque industrial de Pojuca, fundado em 1961, contendo 14 fornos elétricos destinados à produção de ferro ligas.
- (iii) A Companhia possui 97 veículos pesados e tratores, utilizados principalmente na mineração de cromita. Os equipamentos mais comuns são as carretas de perfuração (jumbos), leques de lavra (fandrills), carregadeiras rebaixadas e convencionais, caminhões fora de estrada, scaler para abatimento de chôcos, plataformas utilitárias, robôs projetores de concreto, entre outros. Também são utilizados veículos pesados no manuseio de madeira e conservação de estradas florestais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Trata-se de concessão de exploração de minas de cromo e de custos com desenvolvimento da lavra em minas próprias e arrendadas de controladas. A Companhia detém os direitos minerários sobre aproximadamente 85% das reservas de cromita do Brasil, localizadas 430 km do porto de Salvador. A Companhia explora cromita em dois grupamentos mineiros, situados na região centro-norte do estado da Bahia, distando 90 km um do outro: Vale do Jacurici com 15 minas e extensão de 120 km; e Campo Formoso com 9 minas. As principais minas são a de Pedrinhas, em Campo Formoso, e a Ipueira, município de Andorinha. A mina Pedrinhas começou sua operação em 1961, pelo método de lavra a céu aberto, que continua até os dias de hoje, movimentando cerca de 1.000.000 m3 de material "in situ" por ano. Seus produtos são o hard lump e concentrado de cromita (teor metalúrgico), totalizando uma produção de 120.000t/ano. A mina Ipueira iniciou sua produção de minério de cromo em 1973, com o método de lavra a céu aberto. Atualmente, são produzidas 880.000t/ano de run of mine (ROM), através de lavra subterrânea, utilizando-se do método sublevel caving e sublevel open stope. Seus produtos são o hard lump - 276.000t/ano; areia de cromita (teor de fundição) - 24.000t/ano; concentrado de cromita (teor metalúrgico) - 48.000t/ano.

A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério exaurido proporcionalmente à reserva lavrável estimada.

- (v) Gastos representativos de fechamento das minas decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação é realizado proporcionalmente à exaustão de minérios das minas.
- (vi) Em 31 de dezembro de 2014, as imobilizações em andamento referem-se a construção ou instalação sistema de despoeiramento dos fornos, tratamento de efluentes, fornos retangulares para carvoejamento, dentre outros. A redução do saldo em relação a 2013 decorre da entrada em operação do 14º forno da metalurgia.

A Companhia investiu R\$ 105.075 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (2013 - R\$ 100.097), sendo R\$ 20.730 em plantio e manutenção de florestas de eucalipto; R\$ 15.013 em infraestrutura de fornos retangulares mecanizáveis para produção de biorredutor; R\$ 10.334 em modernização do processo de beneficiamento de minério para maior aproveitamento do material lavrado, deposição de rejeitos e aquisições de equipamento de Raios-X e Jigue pneumático (melhor seleção e separação do minério de cromo, após o processo de lavra), visando a otimização do custo; e R\$ 9.932 em modernização da sua planta metalúrgica, incluindo filtros de manga e equipamentos modernos de tratamento de resíduos industriais.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

											Controladora
	Terras para plantio	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Minas	Provisão fechamento das minas	Imobilizações em andamento, intangível e outros	Total
Custo Saldo em 31 de dezembro de 2012 Adições e transferências Baixas	102.163 5.580	5.861	55.250 40.179	283.647 64.419	53.672 11.574	6.555 213	5.815 725	47.748 7.772	9.179	164.723 (48.137)	734.613 82.325
Ajustes/Reclassificações				(737)	(2.615)	(1)	(497)		644	497	(3.353) 644
Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferências Baixas Reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13)	7.676	5.861	95.429 15.236 (4.951)	347.329 82.603 (1) (2.410) (16.201)	62.631 3.788 (495)	6.76 <u>7</u> 1.81 <u>5</u>	6.04 <u>3</u> 1.400	<u>55.520</u> 7.838	9.82 <u>3</u> 397	(36.011)	814.229 84.742 (496) (2.410) (21.152)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	115.419	5.861	105.714	411.320	65.924	8.582	7.443	63.358	10.220	81.072	874.913
Depreciação e exaustão acumuladas Saldo em 31 de dezembro de 2012 Despesa de depreciação e exaustão Baixas Amortização reinvestimento Ajustes/ Reclassificações			(24.902) (2.612)	(146.828) (21.524) 374 436	(39.425) (5.341) 2.553	(3.709) (507)	(4.629) (450) 573	(16.759) (4.447)	(2.742) (950)	(2.418) (713)	(241.412) (36.544) 2.927 436
Saldo em 31 de dezembro de 2013 Despesa de depreciação e exaustão Baixas			(27.514) (3.606)	(167.542) (26.687)	(42.213) (6.278) 486	(4.216) (585)	(4.506) (567)	(21.206) (5.633)	(3.692) (1.021)	(3.704) (744)	(274.593) (45.121) 486
Amortização reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13)			200	1.474 1.747							1.474 1.947
Saldo em 31 de dezembro de 2014			(30.920)	(191.008)	(48.005)	(4.801)	(5.073)	(26.839)	(4.713)	(4.448)	(315.807)
Saldos líquidos em:											
31 de dezembro de 2012	102.163	5.861	30.348	136.819	14.247	2.846	1.186	30.989	6.437	162.305	493.201
31 de dezembro de 2013	107.743	5.861	67.915	179.787	20.418	2.551	1.537	34.314	6.131	113.379	539.636
31 de dezembro de 2014	115.419	5.861	74-794	220.312	17.919	3.781	2.370	36.519	5.507	76.624	559.106
						<b>U</b> -7 -	-0,				
						07-					
										Imobilizações em	Consolidado
	Terras para plantio	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos e tratores	Móveis e utensílios	Informática	Minas	Provisão fechamento das minas	Imobilizações em andamento, intangível e outros	
Custo Saldo em 31 de dezembro de 2012 Adições e transferências Baixas Ajustes/Reclassificações						Móveis e			Provisão fechamento	andamento, intangível e	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012 Adições e transferências Baixas	plantio 102.315	Terrenos	Edificações 59.598	equipamentos 290.216 64.419	62.764 11.574	Móveis e utensílios 6.619 213	Informática 6.034 738	Minas 47.748	Provisão fechamento das minas 9.179	andamento, intangível e outros 165.611 (47.612)	Total 761.114 82.863 (3.684)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 Adições e transferências Baixas Ajustes/Reclassificações Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferências Baixas Reinvestimento	plantio 102.315 5.580	Terrenos 11.030	Edificações 59.598 40.179 99.777 15.236	290.216 64.419 (763) 353.872 82.622 (1) (2.410)	62.764 11.574 (2.920) 71.418 3.788	Móveis e utensilios 6.619 213 (1)	Informática 6.034 738 (497) 6.275	Minas 47.748 7.772	Provisão fechamento das minas 9.179 644 9.823	andamento, intangível e outros 165.611 (47.612) 497 118.496	Total  761.114 82.863 (3.684) 644 840.937 84.814 (496) (2.410)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 Adições e transferências Baixas Ajustes/Reclassificações Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferências Baixas Reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13) Saldo em 31 de dezembro de 2014 Depreciação e exaustão acumuladas Saldo em 31 de dezembro de 2012 Despesa de depreciação e exaustão Baixas	plantio 102.315 5.580 107.895 7.676	Terrenos 11.030 11.030	Edificações 59.598 40.179 99.777 15.236 (4.951)	equipamentos  290.216 64.419 (763)  353.872 82.622 (1.410) (16.201)  417.882  (153.106) (21.558) 400	62.764 11.574 (2.920) 71.418 3.788 (495)	Móveis e utensílios 6.619 213 (1) 6.831 1.815	Informática 6.034 738 (497) 6.275 1.401	Minas 47.748 7.772 55.520 7.838	Provisão fechamento das minas 9.179 644 9.823 397	andamento, intangível e outros 165,611 (47,612) 497 118,496 (35-959)	Total 761.114 82.863 (3.684) 6.44 840.937 84.814 (496) (2.410) (21.152) 901.693 (259.876) (36.766)
Saldo em 31 de dezembro de 2012 Adições e transferências Baixas Ajustes/Reclassificações  Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferências Baixas Reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13)  Saldo em 31 de dezembro de 2014  Depreciação e exaustão acumuladas Saldo em 31 de dezembro de 2012 Despesa de depreciação e exaustão	plantio 102.315 5.580 107.895 7.676	Terrenos 11.030 11.030	Edificações 59.598 40.179 99.777 15.236 (4.951) 110.062	290.216 64.419 (763)  353.872 82.622 (1) (2.410) (16.201)  417.882	tratores 62.764 11.574 (2.920) 71.418 3.788 (495) 74.711 (48.503) (5.355)	Móveis e utensílios 6.619 213 (1) 6.831 1.815	Informática 6.034 738 (497) 6.275 1.401  7.676 (4.839)	Minas  47.748 7.772  55.520 7.838  63.358  (16.759)	Provisão fechamento das minas 9.179 644 9.823 397	andamento, intangível e outros  165.611 (47.612)  497  118.496 (35.959)  82.537	Total  761.114 82.863 (3.684) 644  840.937 84.814 (496) (2.410) (21.152) 901.693
Saldo em 31 de dezembro de 2012 Adições e transferências Baixas Ajustes/Reclassificações Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferências Baixas Reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13) Saldo em 31 de dezembro de 2014 Depreciação e exaustão acumuladas Saldo em 31 de dezembro de 2012 Despesa de depreciação e exaustão Baixas Amortização reinvestimento Ajustes/Reclassificações Saldo em 31 de dezembro de 2013 Despesa de depreciação e exaustão Baixas	plantio 102.315 5.580 107.895 7.676	Terrenos 11.030 11.030	Edificações 59.598 40.179 99.777 15.236 (4.951) 110.062	290.216 64.419 (763)  353.872 82.622 (1) (2.410) (16.201)  417.882  (153.106) (21.558) 400 436  (173.828) (26.725)	tratores 62.764 11.574 (2.920) 71.418 3.788 (495) 74.711 (48.503) (5.355)	Móveis e utensílios 6.619 213 (1) 6.831 1.815	Informática 6.034 738 (497) 6.275 1.401 7.676 (4.839) (453)	Minas  47.748 7.772  55.520 7.838  63.358  (16.759)	Provisão fechamento das minas 9.179 644 9.823 397	andamento, intangível e outros  165.611 (47.612)  497  118.496 (35-959)  82.537	Total 761.114 82.863 (3.684) 644 840.937 84.814 (496) (2.410) (21.152) 901.693 (259.876) (36.760) 3.258 436 (292.942) (45.324) 486
Saldo em 31 de dezembro de 2012 Adições e transferências Baixas Ajustes/Reclassificações Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferências Baixas Reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13) Saldo em 31 de dezembro de 2014 Depreciação e exaustão acumuladas Saldo em 31 de dezembro de 2012 Despesa de depreciação e exaustão Baixas Amortização reinvestimento Ajustes/Reclassificações Saldo em 31 de dezembro de 2013 Despesa de depreciação e exaustão	plantio 102.315 5.580 107.895 7.676	Terrenos 11.030 11.030	Edificações 59.598 40.179 99.777 15.236 (4.951) 110.062 (27.736) (2.777)	equipamentos  290.216 64.419 (763)  353.872 82.622 (1) (2.410) (16.201)  417.882  (153.106) (21.558) 400 436	tratores  62.764 11.574 (2.920)  71.418 3.788 (495)  74.711  (48.503) (5.2856) 2.858	Móveis e utensílios 6.619 213 (1) 6.831 1.815 8.646 (3.773) (507)	Informática 6.034 738 (497) 6.275 1.401  7.676 (4.839) (453) 573 (4.719)	Minas 47.748 7.772 55.520 7.838 63.358 (16.759) (4.447)	Provisão fechamento das minas 9.179 644 9.823 397 10.220 (2.742) (950)	andamento, intangível e outros  165,611 (47,612)  497  118,496 (35-959)  82,537  (2,418) (713)  (573)	Total 761.114 82.863 (3.684) 644  840.937 84.814 (496) (2.410) (21.152) 901.693  (259.876) (36.760) 3.258 436
Saldo em 31 de dezembro de 2012 Adições e transferências Baixas Ajustes/Reclassificações Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferências Baixas Reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13) Saldo em 31 de dezembro de 2014 Depreciação e exaustão acumuladas Saldo em 31 de dezembro de 2012 Despesa de depreciação e exaustão Baixas Amortização reinvestimento Ajustes/Reclassificações Saldo em 31 de dezembro de 2013 Despesa de depreciação e exaustão Baixas Amortização reinvestimento	plantio 102.315 5.580 107.895 7.676	Terrenos 11.030 11.030	Edificações 59.598 40.179 99.777 15.236 (4.951) 110.062 (27.736) (2.777) (30.513) (3.766)	equipamentos  290.216 64.419 (763)  353.872 82.622 (2.410) (16.201)  417.882  (153.106) (21.558) 400 436  (173.828) (26.725) 1.474	tratores  62.764 11.574 (2.920)  71.418 3.788 (495)  74.711  (48.503) (5.285) 2.858	Móveis e utensílios 6.619 213 (1) 6.831 1.815 8.646 (3.773) (507)	Informática 6.034 738 (497) 6.275 1.401  7.676 (4.839) (453) 573 (4.719)	Minas 47.748 7.772 55.520 7.838 63.358 (16.759) (4.447)	Provisão fechamento das minas 9.179 644 9.823 397 10.220 (2.742) (950)	andamento, intangível e outros  165,611 (47,612)  497  118,496 (35-959)  82,537  (2,418) (713)  (573)	Total 761.114 82.863 (3.684) 6.44  840.937 84.814 (496) (2.410) (21.152) 901.693  (259.876) (36.760) 3.258 436  (292.942) (45.324) 486 1.474
Saldo em 31 de dezembro de 2012 Adições e transferências Baixas Ajustes/Reclassificações Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferências Baixas Reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13) Saldo em 31 de dezembro de 2014  Depreciação e exaustão acumuladas Saldo em 31 de dezembro de 2012 Despesa de depreciação e exaustão Baixas Amortização reinvestimento Ajustes/Reclassificações Saldo em 31 de dezembro de 2013 Despesa de depreciação e exaustão Baixas Amortização reinvestimento Ajustes/Reclassificações Saldo em 31 de dezembro de 2013 Despesa de depreciação e exaustão Baixas Amortização reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13) Saldo em 31 de dezembro de 2014	plantio 102.315 5.580 107.895 7.676	Terrenos 11.030 11.030	Edificações 59.598 40.179 99.777 15.236 (4.951) 110.062 (27.736) (2.777) (30.513) (3.766)	equipamentos  290.216 64.419 (763)  353.872 82.622 (12.410) (16.201)  417.882  (153.106) (21.558) 400 436  (173.828) (26.725) 1.474 1.747	tratores 62.764 11.574 (2.920) 71.418 3.788 (495) 74.711 (48.503) (5.355) 2.858 (51.000) (6.278) 486	Móveis e utensílios 6.619 213 (1) 6.831 1.815  8.646 (3.773) (507)	Informática 6.034 738 (497) 6.275 1.401  7.676  (4.839) (453) 573 (4.719) (572)	Minas 47.748 7.772 55.520 7.838 63.358 (16.759) (4.447) (21.206) (5.633)	Provisão fechamento das minas 9.179 644 9.823 397 10.220 (2.742) (950)	andamento, intangivel e outros  165.611 (47.612)  497  118.496 (35.959)  82.537  (2.418) (713)  (573) (3.704) (744)	Consolidado  Total  761.114 82.863 (3.684) 644 840.937 84.814 (496) (2.410) (21.152) 901.693  (259.876) (36.760) 3.258 436  (292.942) (45.324) 446 1.474 1.947
Saldo em 31 de dezembro de 2012 Adições e transferências Baixas Ajustes/Reclassificações Saldo em 31 de dezembro de 2013 Adições e transferências Baixas Reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13) Saldo em 31 de dezembro de 2014 Depreciação e exaustão acumuladas Saldo em 31 de dezembro de 2012 Despesa de depreciação e exaustão Baixas Amortização reinvestimento Ajustes/Reclassificações Saldo em 31 de dezembro de 2013 Despesa de depreciação e exaustão Baixas Amortização reinvestimento Recuperação de créditos fiscais (Nota 13) Saldo em 31 de dezembro de 2014 Saldos manda de dezembro de 2014 Saldo em 31 de dezembro de 2014 Saldo em 31 de dezembro de 2014 Saldo em 31 de dezembro de 2014	plantio 102.315 5.580 107.895 7.676	Terrenos 11.030 11.030	Edificações 59.598 40.179 99.777 15.236 (4.951) 110.062 (27.736) (2.777) (30.513) (3.766) 200 (34.079)	equipamentos  290.216 64.419 (763)  353.872 82.622 (1) (2.410) (16.201)  417.882  (153.106) (21.558) 400 436  (173.828) (26.725)  1.474 1.747 (197.332)	tratores  62.764 11.574 (2.920)  71.418 3.788 (495)  74.711  (48.503) (5.355) 2.858  (51.000) (6.278) 486	Móveis e utensílios 6.619 213 (1) 6.831 1.815  8.646 (3.773) (507) (4.280) (585)	Informática 6.034 738 (497) 6.275 1.401  7.676  (4.839) (453) 573 (4.719) (572)	Minas  47.748 7.772  55.520 7.838  63.358  (16.759) (4.447)  (21.206) (5.633)	Provisão fechamento das minas 9.179 644 9.823 397 10.220 (2.742) (950) (3.692) (1.021)	andamento, intangível e outros  165.611 (47.612)  497  118.496 (35-959)  82.537  (2.418) (713)  (573)  (3.704) (744)	Total 761.114 82.863 (3.684) 644  840.937 84.814 (496) (2.410) (21.152) 901.693  (259.876) (36.760) 3.258 436  (292.942) (45.324) 486 1.474 1.947

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear que foram aplicáveis ao exercício de 2014, definida com base na vida útil econômica dos ativos:

	Vida útil anos
Máquinas e equipamentos	10
Veículos e tratores	5
Edificações	25
Móveis e utensílios	10
Informática	5
Outros	9

A Companhia possuía máquinas, equipamentos e veículos dados em garantias de processos, os quais totalizam R\$ 922 (2013 - R\$ 2.014), líquidos de depreciação.

#### 18 Ativo biológico

Os ativos biológicos estão representados pelas florestas formadas e em formação destinadas ao fornecimento de madeira para a produção de biorredutor que por sua vez é uma matéria-prima na fabricação de ferro ligas de silício. As florestas encontram-se localizadas na Bahia. A Companhia possui a área total de 64.070 hectares, sendo que deste total, 25.648 hectares encontram-se plantados.

A conciliação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	Controladora e Consolidado		
	2014	2013	
No início do exercício	175.089	151.949	
Plantios e manutenção	20.730	17.772	
Exaustão do custo histórico	(29.598)	(20.066)	
Variação de valor justo	6.718	25.434	
No final do exercício	172.939	175.089	

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos foi utilizado o modelo de fluxo de caixa descontado, cujas projeções estão baseadas em um único cenário projetivo, com produtividade e área de plantio de eucalipto para um ciclo de corte de 6 a 7 anos. O período dos fluxos de caixa foi projetado de acordo com o ciclo de produtividade dos projetos florestais. O volume de produção de "madeira em pé" de eucalipto a ser colhida foi estimado considerando a produtividade média por m³ de madeira de cada horto na idade de corte.

A produtividade média varia em função do material genético, condições edafo-climáticas (clima e solo) e, principalmente, do manejo silvicultural. Este componente de volume projetado consiste no Incremento Médio Anual (IMA) por região. São realizados inventários anuais para validar os índices de crescimento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O preço líquido médio de venda foi projetado com base no preço estimado para o eucalipto "em pé" no mercado regional, através de estudo realizado por uma consultoria independente, considerando o cenário de preços de destinação do eucalipto para a produção de lenha.

O custo-padrão médio estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de mato-competição, combate a formigas e outras pragas, adubação, manutenção de estradas, insumos, serviços e mão de obra própria. Também foram considerados custos estimados pela remuneração das terras próprias utilizadas para o cultivo, equivalente na região a três arrobas de boi. Principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos:

	Controladora e Consolidado		
	2014	2013	
Área de efetivo plantio (hectare) Incremento médio anual (IMA) – m3/hectare Preço líquido médio de venda – R\$/m3 Remuneração da terra própria – R\$/hectare Taxa de desconto - %	25.648 54,55 51,30 462,00 11,50%	25.188 58,74 49,00 339,00 9,70%	

A Companhia possui 5.531 hectares de ativos biológicos dados em garantia para financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) referente à linha de crédito de R\$ 16.578. Até 31 de dezembro de 2014 foram liberados R\$ 2.501 desta linha em consonância ao cronograma de plantio.

#### 19 Fornecedores

	Controladora			Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Energia Matéria-prima e insumos Outros fornecedores	13.990 10.802 20.659	13.055 9.731 8.098	13.990 10.802 20.647	13.055 9.731 8.077
	45.451	30.884	45.439	30.863

O aumento em outros fornecedores decorre principalmente de obras em andamento para a construção de fornos retangulares para carvoejamento (aumento de produtividade, redução de custos e melhorias na segurança do trabalho). O projeto prevê a construção de 92 fornos retangulares, sendo 52 concluídos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. A provisão para o pagamento destes fornecedores vem sendo reconhecida pelo percentual de execução física.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 20 Obrigações trabalhistas e encargos

	Controladora			Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Circulante				
Salários e encargos	11.767	11.405	11.774	11.419
Provisões trabalhistas e encargos	16.438	16.237	16.438	16.237
Participações nos lucros	13.010	11.563	13.010	11.563
Não circulante	41.215	39.20 <u>5</u>	41.222	39.219
Benefício pós emprego	5.807		5.807	
	47.022	39.205	47.029	39.219

A Companhia possui (3.182) funcionários divididos entre mineração (1.291), metalurgia (1.202), reflorestamento (426) e demais áreas operacionais e de apoio.

O estatuto social da Companhia estabelece que do resultado do exercício, serão destinados até 10% para distribuição aos empregados e até 10% para gratificação aos administradores. No exercício de 2014 a Companhia provisionou participações a administradores e empregados, sendo R\$ 7.304 (2013 - R\$ 6.108) relativos aos empregados e R\$ 5.706 (2013 - R\$ 5.455) relativos aos administradores.

A Companhia mantém um plano de contribuição definida de aposentadoria complementar – previdência privada, instituído a partir de contrato firmado com a BRASILPREV Seguros e Previdência S.A.. Todos os colaboradores estão contemplados pelo plano, divididos nos seguintes grupos:

Grupo 1: Colaboradores que recebiam salário acima do teto previdenciário e que possuíam, até 31 de dezembro de 2006, idade inferior a 55 anos. As contribuições são realizadas tanto pelos colaboradores quanto pela Companhia numa proporção de 1 para 1, com exceção nos casos em o colaborador decide contribuir mais do que 8% do seu salário base, limite de contribuição da Companhia. Para este grupo os aportes totalizaram R\$ 6.535 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (2013 – R\$ 3.338) e estão reconhecidos no resultado do exercício.

Grupo 2: Colaboradores que recebiam salário acima do teto previdenciário e que em 31 de dezembro de 2006 possuíam idade igual ou superior a 55 anos. As contribuições relativas aos benefícios contratados para os participantes foram integralmente custeadas pela Companhia na forma de aporte em 23 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 15.136.

Grupo 3: Colaboradores que recebem salário abaixo do teto previdenciário. As contribuições relativas aos benefícios são integralmente custeadas pela Companhia. Trata-se de um aporte único pago ao colaborador quando do término do seu vínculo empregatício, desde que ele tenha trabalhado por pelo menos 10 anos ininterruptos. Para este grupo a Companhia procedeu um cálculo de expectativa do valor justo e registrou provisão de R\$ 5.807 no exercício findo de 31 de dezembro de 2014, uma vez que as reservas matemáticas que cobriam este benefício foram zeradas no período via redução de aportes para o Grupo 1.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 21 Impostos e contribuições sociais

	Controladora		(	<u>Consolidado</u>
	2014	2013	2014	2013
Circulante:				
IRPJ e CSLL	2.463	134	3.109	153
IPI	1.851	2.596	1.851	2.596
ICMS	3.237	3.604	3.237	3.604
IRRF a recolher	1.751	1.376	1.756	1.381
PIS e COFINS	1.705	1.583	1.894	1.594
Outros	1.604	152	1.625	160
	12.611	9.445	13.472	9.488
Não circulante:				
IRPJ atrelado a incentivo fiscal		2.411		2.411
PIS e COFINS			87	87
ICMS		159		159
		2.570	87	2.657
	12.611	12.015	13.559	12.145

O saldo atrelado a inventário fiscal refere-se a valores de reinvestimentos a 30% do imposto de renda devido nos anos-calendários de 2010 a 2012. Esses valores são provisionados até a aprovação dos projetos pela SUDENE. No caso de aprovação, esses valores que outrora seriam recolhidos como imposto são liberados para a Companhia investir em projetos. Sendo assim, caso aprovados serão capitalizados; caso contrário, serão repassados à Secretaria da Receita Federal a título de imposto de renda. A Companhia ainda está obrigada a depositar o equivalente a 50% do incentivo fiscal à título de aplicação financeira (ativo não circulante). Caso o projeto seja aprovado esta aplicação é imediatamente liberada acrescida de rendimento de aplicação de 96% do CDI.

	Ativo não circulante	Passivo nao circulante
2010	1.810	1.164
2011	871	560
2012	1.065	687
Rendimentos dos depósitos efetuados	1.080	
	4.826	2.411

#### 22 Instrumentos financeiros de proteção cambial

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

(i) ativos financeiros a valor justo são valorizados de acordo com a hierarquia do valor justo (Nível 1 e Nível 2), com *inputs* usados nos processos de mensuração obtidos de fontes que refletem os preços observáveis mais atuais de mercado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- (iii) o valor justo de partes relacionadas é igual ao valor contábil.
- (iv) o valor justo dos financiamentos é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a companhia em instrumentos financeiros similares.

#### Hierarquia de valor justo

- Nível 1 valor justo obtido através de preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, como, por exemplo, a bolsa de valores; e
- Nível 2 valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de swap ou por modelos de avaliação de contratos de opções.

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Mensuração contábil	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	41.108	88.474	54.680	116.492
Aplicações financeiras	Valor justo	156.141	97.619	193.653	115.551
Aplicações financeiras não circulante	Mantida até o vencimento	12.191	738	12.191	738
Contas a receber	Custo amortizado	103.766	163.347	103.766	163.347
Depósitos judiciais	Custo amortizado	2.988	3.190	3.084	3.317
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	45.451	30.884	45.439	30.863
Financiamentos	Custo amortizado	957	398	957	398
Leasing	Custo amortizado	469		469	
Financiamentos não circulante	Custo amortizado	11.933	8.090	11.933	8.090
Leasing não circulante	Custo amortizado	318		318	
Venda de dólar a termo (NDF)	Valor justo	1.202		1.202	

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de vendas de dólar a termo (non deliverable forward – "NDF") para minimizar os riscos envolvendo o impacto da flutuação cambial sobre a conversão dos seus preços de vendas tanto no externo quanto no mercado doméstico.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

no Brasil ou no exterior, sendo o seu valor justo classificado como de Nível 2.

Os instrumentos financeiros não designados para *hedge accounting* foram celebrados em mercado de balcão, com contrapartes financeiras de grande porte, sob o abrigo de contratos globais de derivativos,

				Valor Justo
Proteção	Vencimento	Valor nominal em US\$	Taxa média futura R\$ / US\$	Valor justo em R\$
	jan/15	10.500.000	2,52	(1.520)
	fev/15	7.000.000	2,61	(448)
	mar/15	7.000.000	2,61	(514)
	abr/15	3.705.015	2,75	141
	mai/15	4.005.863	2,77	152
Taxa US\$ na conversão do preço de	jun/15	4.449.867	2,79	166
venda da <i>commodity</i>	jul/15	3.705.303	2,82	136
	ago/15	3.976.796	2,84	148
	set/15	4.189.130	2,87	151
	out/15	3.739.038	2,89	131
	nov/15	3.737.595	2,91	134
	dez/15	3.178.845	2,94	121
		59.187.452	_	(1.202)

Para determinar o valor estimado de mercado dos instrumentos financeiros, foram utilizadas as informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. As estimativas não indicam, necessariamente, que tais instrumentos possam ser operados no mercado diferentemente das taxas utilizadas. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor estimado de mercado.

#### 23 Provisão para passivo ambiental

A Companhia utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à provisão para fechamento de minas e desmobilização dos ativos atrelados às operações das minas. Do montante provisionado não estão deduzidos os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

As taxas de juros anuais de longo prazo utilizadas para desconto a valor presente e atualização da provisão para 31 de dezembro de 2014 foi de 11,50% (2013 – 9,70%). O passivo constituído é atualizado periodicamente, tendo como base essas taxas de descontos acrescido do índice de inflação ('IGP-M") do período em referência. A movimentação da provisão está demonstrada como segue:

	Controladora e Consolidado		
	2014	2013	
No inicio do exercício	13.487	12.194	
Adição	397	644	
Baixa	(147)	(39)	
Atualização	499	688	
No final do exercício	14.236	13.487	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 24 Provisão para contingências

A administração da Companhia e de suas controladas, com base na posição de seus assessores jurídicos classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

		Controladora e Consolid			
	Possível	Provável	Total		
Tributária Trabalhistas Cíveis	12.362 1.071 1.325	16.825 3.730 2.603	29.187 4.801 3.928		
	14.758	23.158	37.916		

(a) Processos provisionados e com risco de perda provável:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Tributárias:		
CFEM (i)	8.091	7.295
PIS e COFINS (ii)	8.635	7.383
Outros	99	2.439
Trabalhistas:		
Horas in itinere (iii)	2.526	
Outros trabalhistas (iv)	1.204	2.014
Cíveis:		
Desconstituição de escritura de terra (v)	1.433	
Outros	1.170	1.480
	23.158	20.611

- (i) CFEM: A Companhia foi notificada em julho de 2007 pelo DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral para quitar suposto débito por recolhimento indevido da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais entre janeiro de 1991 a dezembro de 2005. Os principais itens em discussão são (a) o marco de incidência, sendo considerada pelo DNPM a etapa posterior aos fornos elétricos de redução enquanto a Companhia considera a etapa de sinterização do minério; e (b) prescrição/decadência. A Companhia apresentou suas defesas/recursos administrativos requerendo a nulidade das notificações e o arquivamento dos respectivos processos de cobrança. Superada a fase administrativa, a Companhia intentará ação judicial requerendo a anulação dos respectivos autos, instância onde as chances de êxito são maiores. Embora os autos totalizem R\$ 68.081, a Companhia entende que parte substancial dessa autuação possui risco remoto. Com respaldo na posição de seus assessores jurídicos, a Companhia efetuou provisão de R\$ 8.091 (R\$ 7.295 em 31 de dezembro de 2013) para cobrir uma parcela do questionamento.
- (ii) PIS e COFINS: A Companhia foi autuada por compensar PIS e COFINS dos anos base 1998 e 2000 com outros tributos federais. O risco atualizado destes autos totaliza de R\$ 2.569. Baseada na posição dos seus assessores jurídicos, a Companhia provisionou a parcela de risco considerada provável, que totaliza R\$ 1.109 (R\$ 1.332 em 31 de dezembro de 2013). Além desta autuação, a Companhia provisionou R\$ 7.526 (R\$ 6.051 em 31 de dezembro de 2013) referente a uma avaliação de risco realizada por um escritório tributário sobre créditos extemporâneos lançados e compensados com tributos federais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2014.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Horas in itinere: O Ministério Público abriu processo requerendo o reconhecimento das horas de transporte de/para a mineração (in itinere), bem como está solicitando o pagamento de dano moral coletivo. Embora o pleito totalize R\$ 26.000, a Companhia julga que o risco é remoto para um questionamento desta magnitude, mas registrou provisão de R\$ 2.526 que considera ser suficiente para um risco provável de perda em face do julgamento de primeiro grau.
- (iv) Outros trabalhistas: A Companhia e suas controladas possuem diversos processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários ou por responsabilidade subsidiária e versam sobre o pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais, dentre outras). São ao todo 158 processos em 31 de dezembro de 2014 e o montante provisionado para aqueles considerados de perda provável na sua totalidade ou em parte é de R\$ 1.204 (R\$ 2.014 em 31 de dezembro de 2013).
- (v) Desconstituição de escritura de terra: A Companhia adquiriu de boa fé imóveis na Bahia para plantio de eucalipto. Mesmo não existindo ônus real sobre estas propriedades no ato da transferência, a Companhia foi acionada por uma empresa visando anular os contratos de compra e venda por possuir estas terras como garantias em um processo de falência de antigos proprietários. A Companhia mantém provisão de R\$ 1.433 para fazer face aos prováveis riscos envolvendo esta discussão.

Movimentação das provisões:

			Controlador	a e Consolidado
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	3.210	17.055	2.704	22.969
Novos processos/complementos Reversões	209	1.911 (3.846)	(1.224)	2.120 (5.070)
Baixa por pagamento Atualizações monetárias	(1.405)	1.997		(1.405) 1.997
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.014	17.117	1.480	20.611
Novos processos/complementos Reversões	2.387	1.611 (3.395)	1.123	5.121 (3.395)
Baixa por pagamento Atualizações monetárias	(671)			(671)
Attanzações monetarias Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.730	1.492 16.825	2.603	1.492 23.158

(b) Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados:

Administrativos tributários: A Companhia responde a uma série de questionamentos envolvendo pagamentos considerados indevidos ou a maior, grande parte em função de diferenças entre demonstrativos e obrigações acessórias. O total destes processos é R\$ 5.137 e a Companhia considera que parte do risco é possível, totalizando R\$ 2.126.

Compensação saldo negativo CSLL: A Companhia discute a utilização de créditos para compensar outros tributos federais (Per/Dcomp) junto à Delegacia da Receita federal de Camaçari. A Companhia entende que existe uma parcela de risco possível no valor de R\$ 2.404.

PIS e COFINS: No caso das autuações supracitadas relacionadas ao PIS e Cofins dos anos base 1998 e 2000, a diferença entre o risco total e a parcela de risco provável totaliza R\$ 1.460, sendo esta parcela considerada risco possível.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Trabalhistas: Aproximadamente 80 processos movidos por ex-funcionários ou por responsabilidade subsidiária para os quais os advogados externos entendem que a perda é possível. O risco estimado destes processos é R\$ 1.071.

Cíveis: A Companhia foi autuada pelo IBAMA por não apresentar a licença pelo recebimento e estocagem de lenha de espécies nativa. O risco é considerado possível e totaliza R\$ 1.101.

A Companhia possui ainda quatro ações de desapropriação de terras movidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) sendo que três encontram-se em fase de discussão judicial (valor das indenizações) e uma está em fase de levantamento/vistoria. Em caso de desapropriação destas terras, as mesmas serão indenizadas em Títulos da Dívida Agrária (TDA's).

#### 25 Saldos e transações com partes relacionadas

		Resultado		Ativo circulante			Passivo circulante
	Custos com arrendamento (i )	Receita de vendas (ii)	Contas a receber de clientes (iii)	Dividendos a receber (iv)	Fornecedores	Dividendos Propostos (v)	Juros sobre o capital próprio (vi)
Acionistas Fundação José Carvalho						314	2.974
Controladas Silício de Alta Pureza da Bahia S.A Silbasa Mineração Vale do Jacurici S.A. Reflora e outros	840 360 96			71 818	21		
Parte relacionada Marubeni Corporation		111.665	2.764				
Total em 31 de dezembro de 2014	1.296	111.665	2.764	889	21	314	2.974
Total em 31 de dezembro de 2013	1.296	64.377	1.670	61	21		6.767

- (i) Trata-se de arrendamento das operações das empresas controladas, conforme mencionado na Nota 16.
- (ii) Receita por venda de ligas (FeSi 75) à vinculada no exterior.
- (iii) Contas a receber por venda de ligas (FeSi 75) à vinculada no exterior.
- (iv) Dividendos a receber sobre o resultado apurado no exercício de 2014.
- (v) Dividendos propostos pela Diretoria e pelo Conselho de Administração para o exercício de 31 dezembro de 2014.
- (vi) Juros sobre o capital próprio aprovado pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 23 de dezembro de 2014.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não possui garantias concedidas ou recebidas a/de partes relacionadas.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores:

		Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Salários Encargos sociais Beneficios Participação nos lucros (Nota 20)	6.407 1.630 390 5.706	5.583 2.068 412 5.455	6.440 1.637 390 	5.754 2.084 412 5.455
	14.133	13.518	14.173	13.705

#### 26 Patrimônio líquido

O capital subscrito e integralizado é de R\$ 1.045.478 e está representado por 88.320 mil ações nominativas sem valor nominal, sendo 29.440 mil ações ordinárias e 58.880 mil ações preferenciais, sendo assim distribuído:

		2014		2013
Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Fundação José Carvalho VBI Fundo Investimento Norges Bank Fundo Fator Sinergia IV	29.086.696	15.416.000 11.342.600 5.519.333 4.628.000	29.086.696	15.416.000 11.450.300 4.230.700 4.715.300
Ações em tesouraria Outros	40.000 313.304	1.189.700 20.784.367	40.000 313.304	23.067.700
	29.440.000	58.880.000	29.440.000	58.880.000

A Companhia pode, por deliberação em Assembleia Geral, promover o aumento das diversas espécies e classes existentes, sem guardar proporção com as demais ou criar uma nova classe de ações preferenciais, observando o limite de 2/3 do total das ações emitidas para as ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrições quanto a tal direito.

A Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de março de 2014, aprovou o aumento do capital social de R\$ 985.205 para R\$ 1.045.478, mediante a capitalização de parte de reservas de lucros no montante de R\$ 60.273. Essa capitalização foi efetivada sem a emissão de novas ações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 1 de agosto de 2014 o Conselho de Administração aprovou um programa de recompra de ações para vigorar entre 01 de agosto de 2014 a 31 de julho de 2015, através do qual a Companhia poderia adquirir 1.700.000 ações preferenciais a preço de mercado. Em 15 de dezembro de 2014, este programa foi estendido por deliberação do Conselho de Administração, aumentando o volume para 4.346.400 ações preferenciais mantendo o mesmo período descrito acima.

As ações preferenciais em tesouraria têm como objetivo a posterior alienação ou cancelamento e estão representadas por 1.189.700 ações. O volume de ações em tesouraria e respectivos valores de mercado, considerando o preço de fechamento de cotação em BM&FBOVESPA é como segue:

	PN	ON
Quantidade de ações em tesouraria	1.189.700	40.000
Cotação por ação na BM&FBOVESPA – R\$ por ação	8,69	18,20

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm garantia estatutária de pagamento de dividendos 10% superiores àqueles pagos aos possuidores de acões ordinárias e prioridade no reembolso de capital.

A reserva legal é constituída com aumento do capital social e a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros.

A reserva de lucros incentivo fiscal SUDENE, relativa ao imposto de renda refere-se à parcela do incentivo fiscal do imposto de renda (lucro da exploração). Esta reserva é constituída transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou a despesa com imposto de renda do exercício e não poderá ser distribuída a acionistas. Esta reserva contempla também valor de reinvestimento do imposto de renda.

Os lucros, após a apropriação da reserva legal, reserva de lucros (incentivo fiscal) e atribuição dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, são transferidos para a conta de reserva de retenção de lucros para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

A Companhia e suas controladas optaram pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) aos ativos imobilizados alocados na classe de terras florestais, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2009 pelos seus valores justos, visto que o custo histórico registrado para esses ativos anteriormente diverge do valor justo de realização destes ativos. A definição dos custos atribuídos às terras da Companhia foi apurada com base em avaliação patrimonial efetuada por um profissional terceirizado especializado no assunto, sendo os laudos aprovados pelo Conselho de Administração. A contrapartida do saldo foi o registrado no patrimônio líquido, no grupo "Ajustes de avaliação patrimonial", líquidos dos impostos incidentes de R\$ 41.834.

A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual ajustado. Os juros sobre o capital próprio são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo obrigatório. A ação preferencial possui dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído à ação ordinária.

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração da Companhia propôs a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos conforme demonstrado a seguir:

2014	2013
91.409	73.483
(4.570)	(3.674)
(16.305)	(11.576)
70.534	58.233
6.470	5.194
14.163	11.440
20.633	16.634
	261
	<u>575</u>
	836
20.633	17.470
29%	30%
	91.409 (4.570) (16.305) 70.534 6.470 14.163 20.633

Como os dividendos foram antecipados em forma de JCP, o imposto retido na fonte no valor de R\$ 633 foram calculados e embutidos ao cálculo de forma a não prejudicar os acionistas não isentos no recebimento mínimo obrigatório.

#### 27 Lucro por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Potencials and adv	Operações continuadas	
	2014	2013
Lucro das operações atribuível aos acionistas da controladora	91.409	73.483
Reconciliação do resultado distribuível, por classe (numerador):		
Lucro das operações atribuível as ações ordinárias as ações preferenciais Média ponderada da quantidade de ações, por classe (denominador):	28.941 62.468	22.942 50.541
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas preferenciais emitidas	29.400.000 57.690.300	29.400.000 58.880.000
Resultado básico/diluído por ação (em R\$) as ações ordinárias as ações preferenciais	0,9844 1,0828	0,7803 0,8584

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 28 Receita líquida de vendas

		Controladora		Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Receita bruta de vendas				
Mercado interno (i)	859.309	775.947	859.309	775.947
Mercado externo (ii)	162.024	209.072	162.024	209.072
	1.021.333	985.019	1.021.333	985.019
Deduções de vendas				
Devoluções e abatimentos	(2.459)	(9.067)	(2.459)	(9.067)
Impostos sobre vendas (iii)	(190.508)	(176.060)	(190.627)	(176.180)
	(192.967)	(185.127)	(193.086)	(185.247)
Receita líquida de vendas	828.366	799.892	828.247	799.772

- (i) Apesar da redução de 3% no volume das vendas para o mercado interno, houve um aumento em Reais, beneficiado principalmente pelo aumento cambial.
- (ii) Redução de 40% no volume em 2014, acompanhando a estratégia da Companhia de formar estoques de ligas, priorizando o mercado doméstico.
- (iii) A Companhia usufrui de um incentivo estadual denominado "ICMS DENSENVOLVE", pelo prazo de 12 anos a partir de outubro de 2006, para o ICMS a pagar que exceder ao valor atualizado de R\$ 3.064. Os principais benefícios são:
  - . dilação do valor excedente ao valor de ICMS a pagar descrito acima pelo prazo de 72 meses;
  - . incidência de juros de 65% da TJLP ao ano sobre as parcelas dilatadas;
  - . ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% sobre o valor devido; e
  - diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições na Bahia e em outro Estado, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo.

A parcela correspondente ao desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, no montante de R\$ 19.786 (2013 – R\$ 16.050), foi registrada nos resultados dos exercícios de 2014, o que impactou positivamente as deduções de vendas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 29 Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos reconhecido na demonstração do resultado inclui:

	Controladora			Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Custo dos produtos vendidos Exaustão fair value do ativo biológico Variação do estoque obsoleto Realização do reinvestimento	(637.314) (13.798) (2.773) 1.474	(650.365) (13.579) (773) 436	(636.201) (13.798) (2.773) 1.474	(649.232) (13.579) (773) 436
	(652.411)	(664.281)	(651.298)	(663.148)

Abaixo demonstramos a abertura por natureza dos custos dos produtos vendidos e das despesas operacionais:

	C	ontroladora	Consolidado		
	2014	2013	2014	2013	
Mão de obra	(147.080)	(157.765)	(147.080)	(157.765)	
Benefícios	(22.333)	(27.263)	(22.333)	(27.263)	
Insumos	(175.078)	(140.696)	(173.803)	(139.347)	
Energia elétrica (i)	(96.213)	(127.462)	(96.213)	(127.462)	
Coque (ii)	(42.726)	(45.711)	(42.726)	(45.711)	
Frete ferroviário (iii)	(16.101)	(14.342)	(16.101)	(14.342)	
Materiais de manutenção	(25.967)	(29.829)	(25.967)	(29.829)	
Outros materiais	(8.638)	(11.946)	(8.638)	(11.946)	
Combustíveis e lubrificantes	(10.106)	(11.405)	(10.106)	(11.405)	
Serviços contratados	(37.527)	(34.117)	(37.527)	(34.117)	
Depreciação, amortização e exaustão	(56.886)	(54.627)	(57.048)	(54.843)	
Seguros	(139)	(287)	(139)	(287)	
Outros custos	(13.617)	(8.831)	(13.617)	(8.831)	
Total	(652.411)	(664.281)	(651.298)	(663.148)	

- (i) Custo com CHESF pelo consumo de energia nos 14 fornos elétricos (aproximadamente 180 MW médios). Além dos fornos elétricos, há consumo de outros 16 MW médios nas áreas de serviços auxiliares e outras, bem como 3 MW médios nas minas.
- (ii) A Companhia importa coque metalúrgico reativo para a produção de ferrocromo, numa proporção de 500 kg (não auditado) por tonelada produzida de liga bruta. O coque metalúrgico ("met coke") é uma commodity disponível no mercado internacional.

#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Custo com a FCA – Ferrovia Centro Atlântico, pelo transporte do minério de cromo realizado entre as minas (Município de Campo Formoso) e a metalurgia (Pojuca-Ba), numa distância aproximada de 390 km.

# 30 Despesas operacionais

## (a) Despesas comerciais

		<u>Controladora</u>		Consolidado		
	2014	2013	2014	2013		
Despesas portuárias Outros	(3.659) (7.428)	(3.832) (7.706)	(3.659) (7.428)	(3.832) (7.706)		
Total	(11.087)	(11.538)	(11.087)	(11.538)		

A Companhia utiliza os portos de Salvador e Aratu e estas despesas referem-se, substancialmente, a serviços de centro de distribuição, portuários (docas), de armador (agente) e de documentação.

## (b) Despesas gerais e administrativas

-		<u>Controladora</u>	Consolidado		
	2014	2013	2014	2013	
Salários, participação nos resultados e encargos Serviços contratados Depreciação Outras despesas administrativas	(46.698) (13.184) (2.095) (11.566)	(42.488) (9.200) (1.401) (10.425)	(46.738) (13.357) (2.095) (11.752)	(42.675) (9.363) (1.401) (10.576)	
Total	(73.543)	(63.514)	(73.942)	(64.015)	

A Companhia possui 263 funcionários em áreas de apoio e administrativas, sendo 97 no escritório administrativo localizado em Salvador e 166 nos escritórios das unidades operacionais (informações não auditadas).

## (c) Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado		
	2014	2013	2014	2013	
Êxito processo Eletrobrás (i)	4.388		6.346		
Venda de ativos	255	1.008	255	1.008	
Política de sucessão (ii)	(13.576)	(6.868)	(13.576)	(6.868)	
Impostos e contribuições	(2.272)	(2.063)	(2.272)	(2.063)	
Responsabilidade social e empresarial	(1.758)	(1.638)	(1.758)	(1.638)	
(Provisões)/reversões	(1.726)	2.950	(1.726)	2.950	
Outras despesas operacionais líquidas	(10.313)	(3.087)	(11.621)	(3.428)	
Total	(25.002)	(9.698)	(24.352)	(10.039)	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Refere-se a restituição da correção monetária do empréstimo compulsório da Eletrobrás do período de janeiro de 1977 a fevereiro de 1994, cujo êxito parcial (transitado em julgado) ocorreu em setembro de 2013. Iniciada a execução, a Eletrobrás efetuou o depósito da parte incontroversa em dezembro de 2014, sendo o mesmo realizado na conta corrente da Companhia e de suas controladas. A execução judicial dos valores apresentados em liquidação continua em curso.
- (ii) A Companhia iniciou em 2013 um plano sucessório de seus administradores (conselheiros e diretores). Esses gastos são registrados nesta rubrica contábil na medida em que os administradores são formalmente informados quanto aos desligamentos e movimentações, calculados com base na legislação trabalhista e gratificação por tempo de serviço.

## 31 Resultado financeiro

		Controladora	Consolidado		
Receitas financeiras	2014	2013	2014	2013	
Rendimentos de aplicação financeira	24.582	14.763	29.598	18.441	
Variação cambial	1.812	2.916	1.812	2.916	
Outras receitas	2,221	1.138	2.255	1.189	
	28.615	18.817	33.665	22.546	
Despesas financeiras		<u> </u>			
Juros pagos ou incorridos	(404)	(308)	(406)	(308)	
Atualização provisão para fechamento das minas	(499)	(688)	(499)	(688)	
Variação cambial	(1.642)	(2.398)	(1.642)	(2.398)	
Outras	(1.861)	(2.297)	(2.051)	(2.481)	
	(4.406)	(5.691)	(4.598)	(5.8 <u>75</u> )	
	24.209	13.126	29.067	16.671	

#### 32 Segmentos operacionais

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração a forma com a qual a administração. Os segmentos operacionais definidos pela administração são demonstrados abaixo:

Segmento de ligas de cromo - envolve as operações de ferro-ligas de cromo alto e baixo carbono.

Segmento de silício - envolve as operações de ferro-ligas de silício 75 especial e o silício 75 standard.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 32.1 Informações consolidadas dos segmentos operacionais

_	<u>Li</u>	gas de cromo	<u>I</u>	igas de silício	Outro	s segmentos corporativo		<u>Total</u>
Vendas líquidas	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Mercado interno	442.175	453-479	193.660	116.496	29.183	24.651	665.018	594.626
Mercado externo	32.359	72.040	126.281	133.106	4.589		163.229	205.146
	474-534	525.519	319.941	249.602	33.772	24.651	828.247	799.772
Variação do valor justo dos ativos biológicos			6.718	25.434			6.718	25.434
Custo dos produtos vendidos	(367.303)	(408.710)	(223.710)	(220.482)	(60.285)	(33.956)	(651.298)	(663.148)
Lucro bruto	107.231	116.809	102.949	54-554	(26.513)	(9.305)	183.667	162.058
Despesas operacionais	(62.669)	(56.241)	(42.252)	(26.713)	(4.460)	(2.638)	(109.381)	(85.592)
Resultado operacional antes do resultado								
financeiro e da equivalência patrimonial	44.562	60.568	60.697	27.841	(30.973)	(11.943)	74.286	76.466
Vendas de produtos (tonelada)								
Mercado interno	135.438	152.060	52.330	41.322	1.467	1.794	189.235	195.176
Mercado externo	9.069	24.568	30.072	40.474	-140/		39.141	65.042
	144.507	176.628	82.402	81.796	1.467	1.794	228.376	260.218

O saldo na coluna outros segmentos/corporativo envolve substancialmente receitas e despesas da mineração e despesas da unidade corporativa não rateada aos demais segmentos.

As informações acerca do resultado financeiro, do imposto de renda e contribuição social, do total do ativo e do passivo, não foram divulgadas nas informações por segmento, em razão da não utilização da administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada, pois os mesmos são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

# 33 Compromissos

A Companhia é arrendatária em contratos de arrendamentos junto às controladas Reflora, Silbasa, Damacal e Jacurici. Nos contratos não há índices de correção. Anualmente ocorrem aditamentos, nos quais são estipulados os valores dos arrendamentos, os quais são vigentes até o próximo aditamento contratual. O montante de arrendamentos vigentes para o período de abril de 2014 a abril de 2015 totaliza R\$ 108 por mês. A despesa com arrendamento totalizou R\$ 1.296, nos exercícios de 2014 e de 2013.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

## 34 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguro contra incêndio de equipamentos, explosões, danos elétricos, veículos e responsabilidade civil no valor de R\$ 29.990 para 31 de dezembro de 2014.

## 35 Eventos subsequentes

Em 2014, a Metalurgia teve seu Sistema Integrado de Gestão Ambiental, Saúde e Segurança certificado pelo ABS Quality Evaluations, nas normas OHSAS 18.001 e ISO 14.001. As certificações obtidas refletem a preocupação com a melhoria contínua, além do cumprimento da legislação vigente.

\* \* \*